



Propaganda eleitoral? Que ideia...

Num país em que um ministro se demite e, uma semana depois, ainda delega competências, assina despachos, ocupa um gabinete do Estado, mantêm-se em funções, dizer-se que é um país constitucional torna-se problemático. Com tanto comentador político saído da governação é fácil perceber-se que o comentário desta gente tem tanto de independente como a economia de Portugal do Tribunal Constitucional da Alemanha. E mais ainda quando o ministro se chama Miguel Relvas, por quem o primeiro ministro tem um estranho e desconhecido respeito e submissão, ao ponto de resistir e ser incapaz do demitir, quando todas as suas pitonisas de serviço, Marques Mendes, Marcelo Rebelo de Sousa, Pedro Santana Lopes, entre outros, se distribuem ao serviço da coisa pública pelos canais televisivos, semanalmente papagueiam uma propaganda puramente goebeliana (uma mentira tantas vezes repetida torna-se verdade indubitável) em nome dum povo de que eles se alimentam sem a menor contrição, exigiram a sua cabeça. Viver da miséria não é o mesmo que viver na miséria. Nenhuns destes teóricos da troika de controlo germanófilo sabem como vivem as pessoas comuns. A política sem contraditório, que infelizmente se vai tornando regra, permite que uma classe política saia dos locais do poder, sem nunca sair, porque têm cátedras públicas para explicar aos outros o que, quando governantes, nunca conseguiram realizar – o bem estar dum povo. Para a anomalia pública que era um governante que publicamente se demitiu continuar a governar, Presidente da República, principais responsáveis do CDS, do PSD, nem uma palavra. O PS veio a público uma semana depois, e porque os representantes do Bloco de Esquerda e do PCP colocaram a questão constitucional – como é?

Ser optimista num país às avessas foi chão que deu uvas. O poder abusa e não presta contas do que pratica. Contra um Tribunal Constitucional, o governo de maioria permite a um ministro das Finanças ressuscitar um despacho de controlo absoluto de despesas do estado,

(Salazar ressurecto de 1933) desde o papel higiénico, às senhas de presença nas Câmaras, aos livros publicados à custa do erário público. Quando, em ano eleitoral, a legislação autárquica permite ver presidentes da câmara a passarem a presidentes da Assembleia, e vice-versa, como se a lei, por causa de um de que deveria ser da, podem mudar de cadeira e

manter o seu estatuto de direito à eternidade política, o que até a Igreja Católica veio mostrar que era tempo de assumir a finitude dos cargos, como o demonstrou o ex-papa Bento XVI, que demonstrou que até a ligação divina precisa de, periodicamente, novo interlocutor.

E, por falar em livro, e como remate do abuso que é pagar à minha custa um livro de luxo sobre as obras do executivo PS local, muitas ainda por pagar, outras com preços além dos contratos iniciais, vem-me à ideia que nestas últimas décadas, a legislação eleitoral tem permitido à tripa forra o uso dos nossos impostos para o pedestal dos políticos sempre prontos à estátua do seu auto-elogio. Transmiti o meu aplauso ao vereador Carlos Tomé, pela denúncia que fez em sessão pública, sorrio-me da argumentação nim do PSD, porque quem sai aos seus não degenera, custa-me o silêncio de quem, afinal, paga – os munícipes.

O que me faz lembrar o extracto dum poema recente de Alberto Pimenta, poeta cuja obra aconselho o vivamente aos políticos contemporâneos:

os autores satíricos

já não vão parar com os ossos

a um campo de concentração

já não se faz a saudação

de braço erguido

que Bento XVI ainda fez

digamos teve de fazer

agora

os guardadores do ouro

e do rebanho - os gnomos

avançam de mão estendida

e dizem

«dá cá os ossos – compro».

Abril/11/2013

antoniomario45@gmail.com

António Mário Lopes Santos escreve para oriachense.pt todas as quintas-feiras